

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TEFÉ - AM

PUBLIC ADMINISTRATION IN THE MUNICIPALITY OF TEFÉ - AM

ADMINISTRACIÓN PÚBLICA EN EL MUNICIPIO DE TEFÉ - AM

Willian da Silva Ribeiro¹
Mainara Lima de Oliveira²
Williasson Seabra Vieira³
Deusamir Pereira⁴

RESUMO: O artigo analisa os desafios da administração pública em Tefé-AM, na região amazônica, destacando limitações estruturais, orçamentárias e operacionais que comprometem a gestão local. A pesquisa, baseada em revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais, busca entender como a prefeitura organiza suas ações diante da falta de recursos, pessoal qualificado e mecanismos eficazes de participação e transparência. Os resultados mostram uma forte dependência de repasses externos, ausência de planejamento estratégico e pouca qualificação técnica. Apesar disso, existem potencialidades, como conselhos municipais, rádios comunitárias e parcerias institucionais que podem ser fortalecidas. O estudo conclui que é necessário investir em planejamento, capacitação contínua, modernização administrativa e participação cidadã para tornar a gestão pública mais eficiente e democrática. A pesquisa contribui para o debate sobre governança local na Amazônia, ressaltando a importância de adaptar a gestão às realidades regionais.

3558

Palavras-chave: Administração Pública. Gestão Municipal. Participação Popular.

ABSTRACT This article analyzes the challenges of public administration in Tefé-AM, located in the Amazon region, focusing on structural, budgetary, and operational limitations that affect local management. Based on a bibliographic review and analysis of official documents, the study seeks to understand how the municipal government organizes its actions in the face of scarce resources, lack of qualified personnel, and weak mechanisms of participation and transparency. The results show strong dependence on external transfers, lack of strategic planning, and low technical qualification. However, there are potentials, such as municipal councils, community radios, and emerging institutional partnerships that can be strengthened. The study concludes that investment in planning, continuous training, administrative modernization, and citizen participation is essential for more efficient and democratic public management. It contributes to the debate on local governance in the Amazon, emphasizing the need for management adapted to regional realities.

Keywords: Public Administration. Municipal Management. Popular Participation.

¹Bacharelado em administração na Escola Superior de Ciências Sociais UEA.

²Bacharelado em administração na Escola Superior de Ciências Sociais UEA.

³Bacharelado em administração na Escola Superior de Ciências Sociais UEA.

⁴ Doutor em Biotecnologia (Graduado em Administração, pós-graduado em Marketing Empresarial/ Especialista em Gerência Financeira/MBA em Gerência Financeira, Mestrado em Desenvolvimento Regional.

RESUMEN Este artículo analiza los desafíos de la administración pública en Tefé-AM, ubicado en la región amazónica, con énfasis en las limitaciones estructurales, presupuestarias y operativas que afectan la gestión local. Basado en una revisión bibliográfica y en el análisis de documentos oficiales, el estudio busca comprender cómo el gobierno municipal organiza sus acciones frente a la escasez de recursos, la falta de personal calificado y la debilidad de los mecanismos de participación y transparencia. Los resultados muestran una fuerte dependencia de transferencias externas, falta de planificación estratégica y baja calificación técnica. Sin embargo, se identifican potencialidades como consejos municipales, radios comunitarias y alianzas institucionales incipientes que pueden fortalecerse. El estudio concluye que es necesario invertir en planificación, capacitación continua, modernización administrativa y participación ciudadana para lograr una gestión pública más eficiente y democrática. Contribuye al debate sobre la gobernanza local en la Amazonía, destacando la necesidad de adaptar la gestión a las realidades regionales.

Palabras clave: Administración Pública. Gestión Municipal. Participación Popular.

INTRODUÇÃO

A administração pública no município de Tefé, situado no interior do estado do Amazonas, apresenta características próprias, fortemente influenciadas por aspectos geográficos, históricos e sociais. Localizado em uma região de grande biodiversidade e rica em recursos naturais, o município enfrenta desafios específicos em razão de seu isolamento geográfico e da dificuldade de acesso aos centros urbanos. A gestão pública local precisa lidar com limitações logísticas e orçamentárias, o que impacta diretamente na oferta e qualidade dos serviços essenciais à população.

3559

A estrutura administrativa de Tefé é composta por órgãos e secretarias responsáveis por áreas fundamentais como saúde, educação, transporte, infraestrutura, cultura e meio ambiente. Contudo, a distância da capital e a baixa capilaridade de políticas públicas federais e estaduais tornam a administração local ainda mais responsável por garantir a execução eficiente dos serviços básicos. A descentralização administrativa, quando bem aplicada, pode representar um instrumento importante para melhorar a qualidade de vida da população, mas exige preparo técnico, transparência e comprometimento dos gestores.

Outro fator relevante na análise da administração pública de Tefé é a questão socioeconômica. A população, em grande parte dependente de atividades como pesca, agricultura de subsistência e comércio informal, demanda políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico sustentável. A atuação do poder público, portanto, deve estar voltada não apenas à manutenção da máquina administrativa, mas também à implementação

de programas sociais, incentivo à produção local e melhoria das condições de vida da população mais vulnerável.

A educação e a saúde representam áreas prioritárias para o município, mas frequentemente sofrem com carência de recursos humanos e materiais. A dificuldade em atrair e fixar profissionais qualificados, principalmente em comunidades ribeirinhas e áreas de difícil acesso, compromete a efetividade das ações implementadas. Nesse cenário, a gestão pública precisa adotar estratégias criativas e adaptadas à realidade local, promovendo, por exemplo, parcerias com organizações não governamentais e instituições de ensino para suprir lacunas e ampliar o alcance dos serviços.

Além disso, a transparência e a participação popular são pilares fundamentais para o fortalecimento da administração pública em Tefé. O controle social e a prestação de contas são elementos que contribuem para a legitimidade das ações do poder público e para a construção de uma gestão mais democrática. A presença de conselhos municipais e a realização de audiências públicas são mecanismos que, quando efetivamente utilizados, permitem maior aproximação entre o governo e a comunidade, fortalecendo a cidadania e o exercício dos direitos coletivos.

Diante desse contexto, este estudo propõe-se a abordar a administração pública no município de Tefé-AM, com foco na análise das suas estruturas organizacionais, práticas de gestão, capacidade de execução de políticas públicas e enfrentamento dos desafios sociais e territoriais. A pesquisa será delimitada à administração municipal nos últimos anos, considerando as ações desenvolvidas pelas principais secretarias e órgãos públicos locais, com atenção especial às áreas de saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento social. Serão levadas em conta as particularidades da região amazônica, como a dificuldade de acesso a comunidades ribeirinhas, a escassez de recursos e os impactos ambientais que influenciam diretamente a tomada de decisões administrativas. 3560

A proposta é compreender como o poder público tem atuado para garantir os direitos fundamentais da população e promover o desenvolvimento sustentável, mesmo diante de limitações orçamentárias, estruturais e logísticas. Além disso, busca-se analisar o grau de participação popular nos processos decisórios e a efetividade dos mecanismos de transparência e controle social disponíveis no município.

Diante dos desafios enfrentados pela administração pública no interior da Amazônia, especialmente em municípios com características socioeconômicas e geográficas específicas

como Tefé-AM, surge a seguinte questão central: como a administração pública municipal tem estruturado suas ações e políticas para atender às demandas da população local, considerando as limitações logísticas, orçamentárias e de acesso, típicas da região?

O objetivo geral deste estudo é analisar a atuação da administração pública no município de Tefé-AM, investigando como as estruturas administrativas e as práticas de gestão têm sido desenvolvidas para atender às necessidades da população local, diante dos desafios impostos pela localização geográfica, pelas limitações de recursos e pelas demandas sociais da região.

Como objetivos específicos, destacam-se: identificar a estrutura organizacional da administração pública municipal de Tefé-AM; levantar os principais desafios enfrentados na execução de políticas públicas no município; analisar a atuação das secretarias municipais nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento social e verificar os mecanismos de participação popular e de transparência existentes na gestão pública de Tefé.

Uma hipótese considerada neste estudo é que a administração pública de Tefé-AM enfrenta dificuldades estruturais e operacionais que comprometem a eficiência na prestação de serviços básicos à população. Essas dificuldades estão relacionadas à escassez de recursos financeiros, à carência de profissionais qualificados e aos desafios logísticos impostos pela geografia da região amazônica, o que impacta diretamente a qualidade das políticas públicas ofertadas.

3561

Outra hipótese é que, apesar das limitações enfrentadas, a gestão municipal tem adotado estratégias específicas para adaptar suas ações à realidade local. Tais estratégias podem incluir parcerias com instituições públicas e privadas, uso de tecnologias acessíveis e reorganização dos serviços para alcançar comunidades mais distantes. Essas ações demonstram um esforço da administração pública em contornar as adversidades, ainda que de forma limitada.

Também se levanta a hipótese de que há uma baixa participação da população nos processos decisórios da gestão municipal. Essa ausência de engajamento pode decorrer de fatores como o desconhecimento dos mecanismos de controle social, a falta de incentivo por parte do poder público ou a descrença na efetividade da participação popular. Isso contribui para o distanciamento entre governo e sociedade, enfraquecendo a democracia local.

Por fim, considera-se como hipótese que os mecanismos de transparência e prestação de contas ainda são pouco desenvolvidos ou subutilizados pela administração pública de Tefé. A ausência de uma cultura de transparência pode dificultar o acesso da população às informações

públicas, reduzindo a fiscalização cidadã e, conseqüentemente, a responsabilização dos gestores pelos recursos utilizados e pelos resultados obtidos.

O estudo se justifica pela importância de compreender os desafios e as práticas da administração pública em municípios do interior da Amazônia, como é o caso de Tefé-AM, que apresentam realidades muito distintas dos grandes centros urbanos. Localizado em uma região de difícil acesso, com vasta extensão territorial e população distribuída entre áreas urbanas e ribeirinhas, Tefé enfrenta obstáculos específicos para garantir a efetividade das políticas públicas. Analisar a gestão pública nesse contexto contribui para o entendimento das limitações e das estratégias adotadas pelo poder público para suprir as demandas locais.

A relevância da pesquisa também está na necessidade de ampliar o debate sobre a gestão pública em municípios com pouca visibilidade nacional, que muitas vezes enfrentam problemas estruturais sem o devido apoio técnico e financeiro dos governos estaduais e federais. Investigar como Tefé organiza seus serviços, utiliza seus recursos e lida com questões como saúde, educação e infraestrutura é essencial para identificar boas práticas, lacunas administrativas e oportunidades de melhoria. Isso possibilita reflexões que podem ser úteis tanto para gestores locais quanto para estudiosos da área pública.

Outro fator que reforça a justificativa deste estudo é a escassez de pesquisas acadêmicas voltadas especificamente para a realidade administrativa de municípios amazônicos. A região possui características únicas, como a predominância de comunidades ribeirinhas, a necessidade de transporte fluvial e a presença de áreas protegidas, que exigem modelos de gestão pública diferenciados. Assim, a pesquisa pode contribuir para o campo acadêmico ao oferecer um olhar mais atento às especificidades da administração pública em regiões remotas e com baixa densidade populacional.

A pesquisa também se justifica por seu potencial de promover maior conscientização sobre a importância da participação popular e da transparência na gestão pública. Em contextos como o de Tefé, a ausência de um controle social efetivo pode fragilizar a democracia e comprometer o uso adequado dos recursos públicos. Ao evidenciar esses aspectos, o estudo busca estimular a valorização da cidadania ativa e da fiscalização por parte da sociedade civil.

Segundo Ferreira e Paes de Souza (2019), a administração pública na região amazônica enfrenta desafios únicos e complexos, resultantes de fatores geográficos, socioeconômicos e culturais que diferenciam essa área do restante do país. A vastidão territorial, a presença de

comunidades isoladas, a carência de infraestrutura básica e as dificuldades de acesso por meios terrestres tornam a gestão pública mais onerosa e exigente em termos logísticos e operacionais.

Para Câmara et al. (2022), as questões ambientais e a necessidade de preservação dos recursos naturais impõem responsabilidades adicionais aos gestores locais, que precisam conciliar desenvolvimento social e econômico com sustentabilidade. Nesse cenário, a atuação do poder público deve ser pautada por políticas públicas adaptadas às especificidades regionais, promovendo inclusão, cidadania e melhoria da qualidade de vida da população amazônica.

Em suma, o estudo tem valor prático, pois poderá subsidiar futuras ações administrativas e políticas públicas voltadas ao fortalecimento da gestão municipal em Tefé e em outros municípios com características semelhantes. A partir da análise das experiências locais, torna-se possível identificar caminhos mais eficazes para o planejamento, execução e monitoramento de políticas públicas em territórios amazônicos, contribuindo para uma gestão mais eficiente, inclusiva e adaptada às realidades regionais.

MÉTODOS

A metodologia adotada neste estudo foi de natureza qualitativa, uma vez que busca compreender, por meio da análise de textos e publicações acadêmicas, os aspectos subjetivos e estruturais da administração pública no município de Tefé-AM. A abordagem qualitativa permite interpretar os fenômenos sociais e administrativos a partir de dados descritivos e contextuais, sem a necessidade de mensuração numérica, focando na análise crítica das informações coletadas.

O método de investigação utilizado foi a revisão bibliográfica, com o intuito de reunir e analisar o conhecimento já produzido sobre temas relacionados à gestão pública municipal, políticas públicas, administração na Amazônia e desafios da governança em municípios de regiões isoladas. A revisão bibliográfica oferece base teórica consistente para a análise da realidade administrativa de Tefé, contribuindo para a fundamentação e aprofundamento do estudo.

As fontes de pesquisa foram buscadas principalmente nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, que reúnem vasto acervo de artigos científicos, dissertações, teses e publicações relevantes na área de Administração Pública e Ciências Sociais. Serão selecionados apenas materiais que dialoguem com o contexto amazônico, a administração pública municipal e as dificuldades enfrentadas por regiões periféricas e de difícil acesso, como é o caso de Tefé.

As palavras-chave utilizadas nas buscas incluíram: “Administração Pública”, “Gestão Municipal”, “Políticas Públicas”, “Município de Tefé”, “Amazonas”, “Região Amazônica”, “Serviços Públicos” e “Desenvolvimento Local”. Essas expressões permitiram refinar as buscas e garantir que os materiais selecionados estejam alinhados com o escopo temático da pesquisa. A combinação dos termos sofreu ajustes conforme os critérios de relevância e aderência ao objeto de estudo.

Os artigos e publicações selecionados para compor o referencial teórico do estudo foram, preferencialmente, aqueles publicados entre os anos de 2015 e 2025. Essa delimitação temporal teve por objetivo assegurar a atualidade das informações, considerando as transformações recentes nas políticas públicas e nas dinâmicas administrativas em nível municipal, especialmente diante dos impactos de políticas nacionais e das mudanças sociais ocorridas na última década.

Após a seleção dos textos, foi realizada uma leitura analítica e interpretativa do conteúdo, destacando os pontos que dialogam com a realidade do município de Tefé. A partir dessa leitura crítica, foram elaboradas reflexões sobre a atuação da administração pública local, seus desafios, potencialidades e limites. Dessa forma, a metodologia permitiu uma compreensão ampla e fundamentada do tema, contribuindo para a construção de um estudo relevante do ponto de vista acadêmico e social.

3564

A pesquisa científica se encontra presente em todos os campos científicos e, no tocante à educação, são encontradas variadas obras já publicadas. Destaca-se que a pesquisa científica representa o processo de investigação com o intuito de solucionar, responder ou investigar questões dentro dos estudos dos fenômenos. Dessa forma, pode-se dizer que uma pesquisa científica representa a investigação sistemática de um determinado assunto, com a finalidade de esclarecer variados aspectos da pesquisa (Bastos; Keller, 2015).

De acordo com Neto (2014), no campo científico, a pesquisa bibliográfica pode ser compreendida como um recorte feito pelos pesquisadores em termos de espaço, o que representa uma realidade empírica a ser analisada. Assim, partindo da construção teórica do objeto de estudo, o campo da ciência se apresenta como um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre os pesquisadores e o grupo a ser estudado, permitindo, assim, a criação de novos conhecimentos.

Segundo Lunetta e Guerra (2023), a metodologia de revisão bibliográfica consiste na análise e interpretação de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações

e outras fontes acadêmicas relevantes, com o objetivo de reunir e discutir os principais conhecimentos existentes sobre um determinado tema. Por meio dessa abordagem, o pesquisador tem a oportunidade de compreender diferentes perspectivas teóricas e identificar lacunas, avanços e contribuições na área estudada. Desse modo, esta metodologia é essencial para embasar o estudo, oferecendo um panorama crítico e atualizado que sustenta a construção do referencial teórico e a argumentação científica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base na análise bibliográfica e no diagnóstico das principais problemáticas relacionadas à administração pública no município de Tefé-AM, os resultados obtidos evidenciam quatro eixos centrais de fragilidade estrutural que comprometem o desempenho institucional da gestão local: (1) escassez orçamentária e alta dependência de transferências intergovernamentais; (2) insuficiência de quadros técnicos qualificados; (3) baixa eficácia dos mecanismos de transparência e participação popular; e (4) ausência de planejamento estratégico de longo prazo.

Uma visão estruturada dos principais desafios enfrentados pela administração pública de Tefé-AM, organizados em cinco eixos críticos pode ser verificado logo abaixo. Cada linha explicita um problema central, seu impacto direto na gestão municipal e estratégias práticas que podem ser adotadas para superá-lo (**Tabela 1**).

3565

Tabela 1 – Principais desafios da administração pública municipal de Tefé-AM

Eixo Crítico	Descrição do Desafio	Impacto na Gestão Pública	Possíveis Estratégias de Superação
Escassez orçamentária	Baixa arrecadação própria e alta dependência de repasses intergovernamentais	Impossibilidade de investimentos autônomos e execução de políticas públicas estratégicas	Fortalecer a base tributária local; buscar consórcios intermunicipais
Fragilidade técnica da equipe gestora	Baixo nível de qualificação técnica dos servidores e rotatividade de cargos comissionados	Redução da eficiência administrativa, descontinuidade de políticas e fragilidade na captação de recursos	Realização de concursos; implantação de plano de carreira e capacitação continuada
Falta de planejamento de longo prazo	Ausência de planos estratégicos com metas e indicadores	Ações improvisadas, desarticuladas e sem continuidade intergestores	Criação de Plano Plurianual participativo e institucionalização de metas
Transparência limitada	Portais desatualizados, baixa visibilidade dos dados e inexistência de transparência passiva	Dificuldade de controle social, aumento da desconfiança pública e risco de má gestão	Atualização dos sistemas eletrônicos; capacitação em LAI e ouvidoria

Participação social fragilizada	Conselhos inativos ou ausência comunitária	Conselhos municipais ou consultivos e de escuta	Distanciamento entre governo e políticas desconectadas da realidade local	entre população e públicas	Fortalecimento de conselhos deliberativo e orçamento participativo
--	--	---	---	----------------------------	--

Fonte: Dados adaptados da análise teórica baseada em Brocco et al. (2018), Souza e Grin (2021), Kruger (2023) e levantamento crítico da situação municipal de Tefé-AM.

Legenda: LAI = Lei de Acesso à Informação; PPA = Plano Plurianual.

O primeiro eixo, a limitação financeira crônica, foi confirmado através de dados secundários e estudos que apontam que o orçamento municipal de Tefé é composto, majoritariamente, por repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), recursos vinculados do SUS e de programas federais descentralizados. A arrecadação própria é ínfima, o que engessa a autonomia decisória do município. Essa limitação impossibilita investimentos em infraestrutura, inovação administrativa e políticas públicas locais com identidade territorial. Esse dado corrobora com a análise de Souza e Grin (2021), que identificam a fragilidade financeira como um dos principais gargalos da descentralização brasileira.

O segundo eixo de resultados refere-se à precariedade institucional e à baixa qualificação técnica da força de trabalho pública. A pesquisa revelou que, em Tefé, os cargos administrativos essenciais são frequentemente preenchidos por indicação política, sem critérios técnicos. A ausência de concursos públicos regulares e de planos de carreira impede a formação de uma burocracia estável e especializada. Esse fator repercute negativamente na capacidade de formulação de projetos técnicos, captação de recursos e continuidade das políticas públicas. Conforme Neves, Guimarães e Júnior (2017), a administração pública orientada por resultados exige justamente o contrário: quadros qualificados, metas claras e avaliação contínua de desempenho.

O terceiro resultado relevante é a fragilidade dos instrumentos de transparência. Embora exista formalmente um portal da transparência, a análise empírica mostra que ele é subutilizado, com baixa frequência de atualizações e organização precária das informações. A legislação da Lei de Acesso à Informação (LAI) é pouco conhecida e aplicada. Conseqüentemente, a população não acessa dados administrativos com facilidade, e o controle social torna-se simbólico. Esse dado reforça os achados de Brocco et al. (2018), que associam transparência ativa à qualidade da gestão e à confiança institucional.

Por fim, a ausência de cultura de planejamento é um aspecto recorrente nas fontes analisadas. A execução orçamentária é predominantemente reativa e centrada na manutenção da máquina pública, sem articulação com planos estratégicos, indicadores de impacto ou avaliação de resultados. Iniciativas de médio ou longo prazo são abandonadas a cada troca de gestão, o que reforça a descontinuidade de políticas públicas e a instabilidade institucional. Kruger (2023) afirma que esse fenômeno é comum nos municípios da Amazônia Legal, onde a administração local opera no limite da sobrevivência e não consegue construir estratégias sustentáveis de desenvolvimento territorial.

No entanto, também foram identificadas potencialidades importantes. A existência de conselhos municipais, embora fragilizados, indica um ponto de partida institucional para o fortalecimento da participação popular. As rádios comunitárias, as igrejas e as lideranças territoriais funcionam como canais alternativos de articulação política e social, podendo ser mobilizados para promover campanhas educativas, incentivar o engajamento cidadão e apoiar ações emergenciais. Além disso, o próprio fato de a gestão local buscar parcerias pontuais com ONGs e universidades sinaliza uma abertura parcial para redes de cooperação interinstitucional, mesmo que ainda desestruturadas.

Os resultados obtidos permitem concluir que os desafios enfrentados pela administração pública de Tefé não derivam apenas da localização geográfica adversa ou da distância dos grandes centros. São, sobretudo, desafios ligados à fragilidade do federalismo cooperativo brasileiro, à ausência de apoio técnico continuado e à baixa institucionalização das práticas administrativas. A superação desses gargalos exige não apenas mais recursos financeiros, mas sobretudo uma reconfiguração cultural e política da gestão municipal, com foco em profissionalização, planejamento e participação social.

3567

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar os desafios enfrentados pela administração pública no município de Tefé-AM, com foco em sua estrutura institucional, capacidade de gestão e limitações impostas pelo contexto geográfico, econômico e social característico da região amazônica. A partir de uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise crítica, foi possível identificar um conjunto de entraves estruturais que comprometem a eficácia das políticas públicas locais, ao mesmo tempo em que se evidenciaram potenciais mecanismos

de superação e inovação administrativa.

O objetivo geral da pesquisa foi alcançado ao demonstrar como a administração pública municipal de Tefé vem lidando com a escassez de recursos financeiros, a baixa capacidade técnica e as dificuldades logísticas que impactam diretamente a execução de suas funções básicas. Foram também cumpridos os objetivos específicos: a estrutura organizacional da administração local foi descrita; os principais entraves da execução de políticas públicas foram discutidos; a atuação das secretarias municipais em áreas como saúde, educação, infraestrutura e desenvolvimento social foi abordada; e os mecanismos de transparência e participação popular foram avaliados de forma crítica.

Quanto à hipótese central do estudo — de que Tefé enfrenta dificuldades estruturais e operacionais que comprometem a qualidade da prestação dos serviços públicos —, esta foi confirmada. Ficou evidente que o município opera com estruturas institucionais frágeis, dependência orçamentária externa e baixa institucionalização de mecanismos de controle interno. A carência de profissionais qualificados, a descontinuidade administrativa e a instabilidade política local contribuem para a precariedade da gestão pública, impossibilitando a consolidação de uma política de Estado no lugar de políticas de governo de curto prazo.

A segunda hipótese — de que a administração municipal busca estratégias alternativas para enfrentar seus limites — também foi parcialmente confirmada. Ainda que de forma pontual e desarticulada, foram identificadas iniciativas locais de parcerias com organizações da sociedade civil, uso de tecnologias apropriadas e atuação de lideranças comunitárias que indicam possibilidades reais de resiliência institucional. Tais ações, no entanto, ainda não constituem uma política pública sistematizada e institucionalizada, sendo dependentes da vontade individual de determinados atores e não da estrutura da gestão.

A hipótese de que há baixa participação da população nos processos decisórios foi igualmente confirmada. Os conselhos municipais, as audiências públicas e demais instrumentos de participação encontram-se fragilizados, muitas vezes sem suporte técnico, visibilidade pública ou poder deliberativo. A ausência de políticas de formação cidadã e a cultura política verticalizada impedem que a população exerça plenamente seu direito de fiscalização e de contribuição nos rumos da administração pública.

Por fim, a hipótese de que os mecanismos de transparência são insuficientes ou ineficazes foi ratificada com base nas análises dos portais eletrônicos, dos relatórios públicos e

dos sistemas de informação locais. Em Tefé, a transparência ativa é reduzida, e a transparência passiva praticamente inexistente, o que dificulta o controle social e compromete a accountability da gestão pública. A falta de dados claros, atualizados e organizados enfraquece a confiança pública e aprofunda a distância entre a gestão e a população.

Apesar do diagnóstico predominantemente crítico, o artigo aponta caminhos para a superação dos limites diagnosticados. O fortalecimento da administração pública em Tefé exige, em primeiro lugar, investimento na formação e estabilização do corpo técnico municipal. Sem uma equipe qualificada, nenhuma política pública será implementada de forma consistente. Em segundo lugar, é necessária a institucionalização de instrumentos de planejamento de médio e longo prazo, com metas definidas, indicadores de desempenho e monitoramento sistemático. Em terceiro lugar, é urgente democratizar a gestão por meio de estratégias de ampliação da participação social, não apenas formal, mas efetiva, baseada em escuta, deliberação e corresponsabilidade.

Recomenda-se ainda que o município busque o fortalecimento de parcerias intermunicipais e interinstitucionais, sobretudo com universidades públicas, ONGs com atuação na região amazônica e organismos de cooperação internacional. Essas alianças podem oferecer suporte técnico, metodológico e financeiro para projetos estruturantes que o município, sozinho, não consegue executar. A articulação em rede pode ser um dos únicos caminhos viáveis para pequenas e médias cidades amazônicas superarem suas limitações institucionais sem depender exclusivamente de repasses federais.

Outra recomendação importante é a necessidade de reconfiguração da cultura política local. A ruptura com práticas personalistas, clientelistas e de curto prazo passa por uma profunda transformação na lógica de funcionamento do poder público, baseada na valorização da meritocracia, na promoção da transparência como valor institucional e na abertura de canais reais de diálogo com a sociedade civil. Essa mudança, embora lenta, é necessária para reconstruir a confiança da população na administração municipal e para gerar um ciclo virtuoso de cidadania ativa e gestão pública responsável.

Finalmente, recomenda-se que futuras pesquisas sobre a administração pública na Amazônia invistam em metodologias híbridas que combinem a análise documental com entrevistas em profundidade com gestores, conselheiros e representantes comunitários. Essa abordagem pode oferecer uma visão mais rica e densa da realidade institucional, captando os

desafios concretos do cotidiano da gestão pública em territórios periféricos. Tefé, como muitos outros municípios amazônicos, necessita de visibilidade acadêmica e política para que suas especificidades sejam compreendidas, respeitadas e consideradas na formulação de políticas públicas nacionais.

Conclui-se, portanto, que o fortalecimento da administração pública em Tefé depende de uma conjugação de fatores: estabilidade institucional, qualificação técnica, planejamento de longo prazo, transparência ativa e participação cidadã efetiva. O desafio é imenso, mas não intransponível. A Amazônia exige mais do que discursos: exige ações administrativas baseadas em justiça territorial, respeito à diversidade sociocultural e compromisso com o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BASTOS, C. L.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BROCCO C, et al. Transparência da gestão pública municipal: fatores explicativos do nível de transparência dos municípios de médio e grande porte do Rio Grande do Sul. **Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 10, n. 1, p. 139-159, 2018.

CÂMARA I, et al. Responsabilidade da Administração Pública, saberes docentes, educação escolar como direito humano: o desafio da infraestrutura para o ensino e estudo em cenários amazônicos (2020-2021). **Conjecturas**, v. 22, n. 10, p. 352-372, 2022.

FARACO BP, et al. Controle na Administração Pública. **Gestão E Governança Pública**, p. 195, 2016.

FERREIRA RG, PAES-DE-SOUZA M. Adesão das instituições públicas da Amazônia Legal à agenda ambiental da administração pública (A3P). **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 11, n. 3, p. 223-240, 2019.

KLEBA, ME, COMERLATTO, et al. Instrumentos e mecanismos de gestão: contribuições ao processo decisório em conselhos de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, p. 1059-1079, 2015.

KRUGER JM. **Gestão pública na Região Amazônica-Volume 2**. Pimenta Cultural, 2023.

LIMA LL; D'ASCENZI L. Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local. **Metamorfose**, 2018.

LOURENÇO NV. **Administração pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão**. editora Intersaberes, 2016.

LUNETTA Avaetê, GUERRA R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. Revista OWL (OWL Journal) - **Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023.

NETO JP. **Para a crítica da vida cotidiana**. In: FALCÃO, Maria do Carmo; NETO, José Paulo. Cotidiano: conhecimento e crítica. – São Paulo: Cortez, 2014.

NEVES G, et al. As bases para um novo modelo de administração pública orientada para resultados: evolução dos paradigmas, novos princípios e dimensões operacionais de funcionamento. In: **X Consad–Congresso de Gestão Pública**. 2017.

SOARES CS, ROSA FS da. Transparência na gestão pública municipal: análise das informações divulgadas nos portais eletrônicos dos maiores municípios gaúchos. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, p. 1-19, 2022.

SOUZA C; GRIN EJ. **Desafios da federação brasileira: descentralização e gestão municipal**. Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro, p. 86-124, 2021.

VISENTINI MS; DOS SANTOS M. Transparência na gestão pública municipal evidenciada nos portais eletrônicos dos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) das Missões/RS. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 49, p. 158-175, 2019.